

Malan nega confisco de poupança, calote e congelamento de preços

Ministro garante que não há pacote e nem "medidas pirotécnicas"

Governo fará tudo para impedir a volta da inflação



A intensa boataria que tomou conta dos mercados ontem, levando a cotação do dólar a bater em R\$ 2,15, obrigou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, a sair de seu gabinete no quinto andar do prédio e descer ao auditório do térreo para dar uma entrevista. Malan negou o confisco de poupança, o calote na dívida interna, o congelamento de preços e o pedido de aval do Tesouro dos Estados Unidos para emitir papéis brasileiros.

Ele afirmou que o Governo "fará o que tiver de ser feito" para impedir a volta da inflação, mas descartou medidas heterodoxas. "Não teremos em definitivo pacote de fim-de-semana, feriados bancários, medidas pirotécnicas ou soluções mágicas", disse, ao informar que a decisão do Governo é de lutar para que a inflação não ultrapasse 10% este ano.

O ministro afirmou que a hora é de manter o sangue frio. "Momentos como este que estamos atravessando, de turbulência, incertezas e perplexidades de toda ordem, são momentos que mexem com os corações, com as mentes e com os nervos, não só dos investidores, internos e externos, mas também - principalmente - do cidadão brasileiro,



Humberto Pradera

MALAN, com Pedro Parente: em horas de turbulência, é preciso manter a serenidade e o sangue frio

do trabalhador, da dona de casa, da população em geral", admitiu. "Nestes momentos, mais do que nunca, é preciso manter a serenidade, o sangue frio, a firmeza de propósito, e não de deixar levar pelos sobressaltos e excitações".

Malan garantiu que o Governo não adotará medidas como confisco de poupança. "Ruptura de compromissos financeiros, bloqueios de poupança e outras medidas sorrateiramente engendradas não interessam ao País, só trazem insegurança, elevam o custo de captação do Governo e desorganizam a confiança no sistema econômico", afirmou. "Não existem circunstâncias que justifiquem tal tipo de violência contra os direitos fundamentais do cidadão brasileiro, e ainda mais quando aventuras do tipo trazem consequências que levaram anos para ser dissipadas,

como aprendemos na experiência da história recente deste País".

A reestruturação não-voluntária da dívida interna brasileira também foi descartada pelo ministro. "Não há qualquer hipótese de qualquer sugestão desse tipo receber nosso apoio", afirmou. Na avaliação de Malan, além de não ser recomendável, não é necessária no caso brasileiro, porque o Governo já adotou, graças ao apoio do Congresso Nacional, providências para equacionar o problema fiscal de 99 em diante.

Inflação

Malan assegurou que o objetivo do Governo é manter a inflação deste ano menor do que 10%, e disse que a estabilidade de preços "constitui o principal patrimônio da sociedade brasileira angariado nos últimos quatro

anos". Para isso, explicou, o Governo tomará as medidas que forem necessárias nas áreas fiscal e monetária, mas não fará congelamento ou tabelamento de preços. "Sabemos por experiência própria que isso não funciona", lembrou.

As remarcações generalizadas serão contidas, segundo o ministro, com o uso das taxas de juros e a adoção de medidas na área fiscal que sustentem essas taxas. O Governo também utilizará a legislação de defesa da concorrência, que pune aumentos abusivos de preços. Além disso, a inflação será contida pelo "estímulo à concorrência" com produtos importados. Malan acredita que o produtor nacional será beneficiado de duas formas com a atual situação: pelo encurtamento do concorrente importado e pela maior facilidade em exportar.